

20 ABR 2017

FOLHA DE S. PAULO

Diante de Temer, Moro é condecorado com medalha do Exército

Na cerimônia, general afirma que país passa por aguda crise moral, expressa em incontáveis escândalos de corrupção



O juiz Sergio Moro cumprimenta o presidente Michel Temer durante ato do Dia do Exército

Com oito ministros investigados no rastro da Operação Lava Jato, o presidente Michel Temer participou nesta quarta (19) de solenidade com o juiz Sergio Moro em comemoração ao Dia do Exército.

Na tribuna de honra, o peemedebista fez questão de cumprimentar o magistrado, mas eles não conversaram e não se sentaram próximos. O presidente foi embora do evento antes do magistrado, que se retirou na sequência.

O juiz foi um dos agraciados com a medalha de Honra do Mérito Militar, entregue pelo Exército a pessoas que tenham prestado serviços relevantes à nação brasileira.

A condecoração também foi concedida a militares, políticos, personalidades e juristas. Entre os agraciados estavam o apresentador Luciano Huck e os ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) Edson Fachin e Luís Roberto Barroso. Os dois últimos não participaram do evento.

Em discurso no ato, o comandante do Exército, general Eduardo Villas Bôas, afirmou que o país passa por uma “aguda crise moral”, expressa, segundo ele, “em incontáveis escândalos de corrupção”, que “comprometem o futuro” do país.

Ele ressaltou ainda que o momento de crise “embaça a

percepção” do projeto de nação, que se dispersa “em lutas por interesses pessoais e corporativos sobrepostos aos interesses nacionais”. Segundo ele, contudo, isso não pode “servir para disputas paralisantes”, e a Constituição deve ser respeitada. Como presidente, Temer não pode ser investigado por episódios anteriores ao seu mandato.

20 ABR 2017
FOLHA DE S. PAULO



» MEDALHISTAS. O juiz federal Sergio Moro e o apresentador Luciano Huck em Brasília; ambos foram condecorados com a medalha de Honra do Mérito Militar, entregue a pessoas que tenham prestado serviços relevantes à nação

20 ABR 2017

FOLHA DE S. PAULO

Compra de MPs continuou após Lava Jato, diz Odebrecht

Empresa menciona ação sobre 20 atos do governo
e do Congresso de 2005 a 2015

Último acerto relatado prorrogava contratos de energia; grupo dividia atuação entre Fazenda e cúpula do Congresso

Em depoimentos ao Ministério Público, ex-executivos da Odebrecht afirmaram que, de 2005 a 2015, a empresa pagou propina, fez contribuições oficiais ou doou por meio de caixa dois para tentar influenciar o destino de pelo menos 20 atos do Legislativo e do Executivo, em sua maioria a edição e a aprovação de medidas provisórias.

Os últimos acertos relatados pela empresa ocorreram quando a Operação Lava Jato já estava em andamento — trata-se da medida provisória 677 de 2015, que prorrogou contratos de energia de grandes indústrias no Nordeste.

Claudio Melo Filho, ex-diretor da empresa, diz que contribuições para o governador de Alagoas, Renan Filho (PMDB), na campanha de 2014, eram, em parte, “contrapartida para o forte apoio [de seu pai, o senador Renan Calheiros] à renovação dos contratos de energia, que culminou na edição” do texto.

Ele relata ter tido reunião na residência oficial da presidência do Senado durante

o trâmite da medida provisória “para reforçar a importância do tema para a empresa”.

O exame dos depoimentos mostra que o trabalho do grupo se voltava principalmente para influenciar a elaboração de normas ligadas à tributação e à renegociação de dívidas com o governo.

Os movimentos da companhia eram articulados por uma dobradinha: Marcelo Odebrecht mantinha interlocução com o Executivo, e Melo Filho, com o Congresso.

Os principais contatos do grupo no período eram os ex-ministros da Fazenda Guido Mantega e Antonio Palocci.

Melo Filho tinha como seu maior interlocutor o senador Romero Jucá (PMDB-RR), a quem tratava como “resolvidor da República no Congresso”. Ele diz ter pago, ao longo desse período, R\$ 22 milhões ao peemedebista, que seriam divididos com Renan e com seu sucessor, Eunício Oliveira (PMDB-CE).

Em geral, os textos eram previamente discutidos por Odebrecht com integrantes do governo e, depois, Melo Filho atuava para ajustá-los e aprová-los no Congresso.

“Você aprovava uma coisa no Ministério da Fazenda e aí ia pro Congresso. Quando o pessoal no Congresso percebia que tinha interesse das

empresas por trás, você sempre tinha que assumir um compromisso”, disse Odebrecht aos investigadores.

Em pelo menos um dos depoimentos, ele usa a palavra “comprar” para descrever a ação da empreiteira em relação à aprovação das normas.

A narrativa da medida provisória 613 de 2013 funciona como espécie de manual da atuação da Odebrecht.

O texto, que criou o Reiq — programa que desonerou a compra de matérias primas por indústrias químicas, atendendo a interesses da Braskem —, foi acompanhado pelo grupo desde o início.

Em parte por causa dele, Odebrecht diz ter autorizado a inclusão de um crédito de R\$ 100 milhões na planilha “Pós-Itália”, que controlava os créditos de propina a que Mantega tinha direito em nome do PT e do governo.

Pulando do Executivo para o Legislativo, Melo Filho diz que, durante a tramitação, Jucá solicitou “apoio financeiro atrelado à aprovação do texto”. O pagamento de R\$ 7 milhões teria sido dividido com Renan e Eunício.

Na Câmara, Melo Filho relata que pagou “contribuições financeiras”, entre outros, ao atual presidente Rodrigo Maia (DEM-RJ), a quem a companhia pediu para acompanhar a tramitação.

CONTINUA

20 ABR 2017

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

OUTRO LADO

Em manifestações sobre a lista de Fachin, Jucá sustenta que sempre atuou “dentro da legislação” e que teve suas contas eleitorais aprovadas. Renan disse que acredita que “os inquéritos serão arquivados por falta de provas”.

Eunício afirma que a Justiça vai “apurar e distinguir mentiras e versões alternativas da verdade”. Maia diz que “o processo vai comprovar que são falsas as citações”. A defesa de Mantega já disse que as acusações são inverossímeis. (PAULO GAMA)

LETRA VIVA Normas em que Odebrecht diz ter exercido influência

 TIPO	 Nº	 ANO	 ASSUNTO
MP (Medida Provisória)	252/ 255	2005	Conhecidas como MP do Bem, pretendiam reduzir tributos sobre importação de nafta
MP	449	2008	Ficou conhecida como ‘MP das Dívidas’; alterava condições de parcelamento de débitos tributários
MP	460	2009	Por meio de emenda, criou regime especial para pagamento de dívidas de IPI
MP	462	2009	Outra das medidas que tentaram instituir parcelamento de IPI
MP	470	2009	Chamada de “Refis da crise”, também teve atuação da Odebrecht para facilitar o pagamento de dívidas de IPI
MP	472	2009	Instituiu incentivos para a indústria petrolífera
MP	544	2011	Criou regime de incentivo à indústria da defesa; companhia pediu alteração em classificação de produtos
MP	563	2012	Alterou alíquota de contribuição previdenciária sobre folha de pagamento devida por empresas
MP	579	2012	Emenda do relator Renan Calheiros estendeu prazo de fornecimento de energia barata a empresas no Nordeste
MP	613	2013	Editada após conversa de Marcelo e Mantega, concedeu incentivos tributários à indústria química por meio do Reiq
MP	627	2013	Alterou tributação sobre lucro de empresas brasileiras no exterior; texto foi mudado a pedido de Marcelo Odebrecht
MP	651	2014	Parte do “Pacote de bondades”, alterou regras do mercado financeiro; Jucá apresentou quatro emendas a pedido
MP	656	2014	Emenda de Jucá prorrogou contratos de fornecimento de energia a grandes consumidores; texto foi vetado por Dilma
MP	677	2015	Depois do veto, novo texto foi editado para prorrogar esses contratos
MP	703	2015	A partir de pedido de Emilio Odebrecht, texto criou modelo para os acordos de leniência de empresas
Resolução do Senado	72	2010	Texto encerrou a “Guerra dos Portos”, acabando com incentivos que alguns Estados concediam a importados
Projeto de lei	32	2007	Projeto alterava lei de licitações; empresa atuou para apresentar emendas, mas texto acabou arquivado em 2014
Projeto de lei	6	2009	Texto estruturou o sistema brasileiro de defesa da concorrência
Decreto	6683	2008	A pedido da empresa, texto isentou a produção residual de gasolina da cobrança da Cide-Combustíveis

20 ABR 2017

FOLHA DE S. PAULO

Maniqueísmo e furor

É farsesca a tentativa de tratar o depoimento de Lula a Sergio Moro como um confronto decisivo entre forças políticas antagônicas

A expor ramificações na quase totalidade do mundo partidário, a Operação Lava Jato certamente não se resume a combater o legado de corrupção sistêmica que se fortaleceu, talvez de forma inédita, a partir da ascensão de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ao poder.

Sem dúvida, é intenso o processo de desmascaramento daquele que, por décadas, obtinha o respeito até mesmo de seus adversários pela suposta autenticidade de suas convicções e compromissos.

As suspeitas, que ainda estão por ser definitivamente provadas, somam-se ao fato inegável de que, como se viu desde o mensalão, o partido do ex-presidente revelou extremo pendor e pertinácia para operar ao arrepio da lei.

Um clima de passionalidade e de exaltação dá sinais de acentuar-se, contudo, na medida em que o processo da Lava Jato segue seus passos incontornáveis e se aproxima da figura de Lula.

Planejam-se, pelo que foi noticiado, manifestações favoráveis e contrárias ao ex-presidente quando se der sua primeira confrontação com juiz Sergio Moro, no próximo dia 3 de maio, em Curitiba.

Estariam sendo preparadas caravanas, em ônibus e motocicletas, para prestar solidariedade ao pe-

tista. Do lado oposto, inflam-se os conhecidos pixulecos com a imagem de um Lula presidiário, acompanhados de outra frota de motocicletas, para a ocasião.

É normal, numa circunstância dessas, e não é estranho a qualquer democracia que adeptos e adversários queiram medir forças e externar suas convicções, desde que sem violência e depredação.

Parece irrealista e desequilibrada, todavia, a atitude de ver nessa primeira audiência uma espécie de confronto entre o bem e o mal, de “hora do juízo” ou “combate do século”, como alguns dos empenhados nas movimentações já se prestam a qualificá-la.

Ainda que Lula seja, obviamente, nome central em todo o processo da Lava Jato, não é o único, nem o inventor de um sistema de corrupção eleitoral de décadas.

Do mesmo modo, nada mais perigoso do que ver em Moro uma espécie de salvador da pátria, sem cujo concurso estaríamos submersos irremediavelmente na corrupção.

As instituições são maiores e mais fortes do que tais personagens, cada qual com seus exageros. Lula manobra para atrasar o processo, convocando 87 testemunhas em sua defesa. Moro retalia, exigindo a presença do ex-presidente em todas as audiências.

O embate jurídico prosseguirá por muito tempo; não há como confundi-lo com o jogo político, e este, por sua vez, não amadurece nem se resolve num clima de maniqueísmo, de irrealidade e de furor.

FOLHA DE S. PAULO

Juiz vê risco em projeto de abuso de autoridade

O juiz Sergio Moro afirmou que há “risco à independência judicial” se o projeto de abuso de autoridade condicionar que a divergência na interpretação de leis ou fatos pelos juízes tenha que ser “necessariamente razoável e fundamentada”.

O projeto tramita no Senado e tem relatoria de Roberto Requião (PMDB-PR). A votação na Comissão de Constituição e Justiça está prevista para a próxima quarta-feira (26).

Requião acolheu sugestões da Procuradoria-Geral da República, mas alterou pontos considerados fundamentais aos que discordam do projeto, como a divergência de interpretação de ação ou fato.

Moro disse que chegou a ser consultado sobre uma redação para o projeto com uma norma que estabelecia que “não constituiria, por si só, crime de abuso de autoridade a divergência na interpretação da lei ou na avaliação de fatos e provas”.

Essa redação, disse, partiu de sugestão dele e da PGR — e não continha adendo de que que a interpretação deveria ser “razoável e fundamentada”. O condicionante incluído é impreciso e não atende à sugestão, afirmou Moro.

“Ninguém é favorável ao abuso de autoridade, mas o juiz não pode ser punido por mera divergência na interpretação da lei, especialmente quando dela discordarem pessoas politicamente poderosas”, disse Moro em nota divulgada nesta quarta (19).

A Associação Nacional dos Membros do Ministério Público disse que o parecer de Requião “confirma a preocupação quanto aos riscos à atuação do MP frente às mudanças anunciadas pelo relator”.

20 ABR 2017

Procuradores querem prisão de mulher de Cunha

Procuradores da Lava Jato em Curitiba pediram ao juiz Sergio Moro que Claudia Cruz, mulher do ex-deputado Eduardo Cunha (PMDB), seja condenada por evasão de divisas e lavagem de dinheiro e cumpra a pena, inicialmente, em regime fechado.

O Ministério Público Federal sustenta que ela foi beneficiária do esquema de corrupção da Petrobras ao manter conta no exterior abastecida com dinheiro de propina.

Também afirma que a jornalista usou os valores para a compra de artigos de luxo.

“É claro que Claudia Cruz, pessoa bem esclarecida, sempre teve conhecimento de que o salário de Cunha, como servidor público, jamais seria capaz de manter o elevado padrão de vida por eles mantido”, dizem os procuradores.

“Claudia Cruz não foi simples usuária dos valores, mas coautora de Eduardo Cunha em lavar os ativos mediante a manutenção de conta oculta com os valores espúrios”.

Além da condenação, também é solicitado que ela pague multa de cerca de US\$ 2 milhões. A defesa de Claudia Cruz não se manifestou. (JOSÉ MARQUES)

MÔNICA BERGAMO

PONTE BAMBÁ

Promotores de SP enviaram ao procurador-geral do Estado uma representação contra a lei que acrescenta o nome de Romeu Tuma à ponte das Bandeiras, promulgada na terça (18). Eles dizem que Tuma não pode receber a homenagem porque foi diretor do Dops na ditadura. Se a manifestação for acolhida, o Ministério Público entrará com uma ação na Justiça contra a mudança.

FOLHA DE S. PAULO

LAURA CARVALHO

Democracia corrompida

Demonizar o Estado
não é caminho para
um desenvolvimento
inclusivo e sustentável

20 ABR 2017

EMPALRESTRA no dia 8 deste mês, o juiz Sergio Moro, da 13ª Vara Federal de Curitiba, declarou que, em sua opinião, “a corrupção para fins de financiamento de campanha é pior que a de enriquecimento ilícito”. Para ele, propinas depositadas em contas na Suíça não fariam mais “mal a ninguém”, ao contrário de sua utilização “para trapacear uma eleição” —esta sim “terrível”, pontificou.

Deixando a tarefa de ranquear a gravidade dos crimes cometidos para o Código Penal, a Justiça e o padrão moral do leitor, há na afirmação do juiz um tema que merece ser explorado. Do ponto de vista do prejuízo à democracia, as doações legais e ilegais de empresas privadas e bancos para campanhas eleitorais adquirem status similar.

Não porque ajudem um partido mais do que outro —afinal, todos parecem beneficiados—, e sim porque levam à aprovação de legislações, contratos superfaturados e renúncias fiscais que favorecem os doadores. Sob esse aspecto, as propinas oferecidas a políticos para a aprovação de medidas também trazem grande prejuízo ao conjunto da sociedade.

Tomemos o exemplo da aprovação da MP 613, que criou um regime de desoneração fiscal para a aquisição de matérias-primas no setor químico, o chamado Reiq —Regime Especial da Indústria Química. A conversão em lei da MP é um dos objetos de inquérito aberto pelo ministro do STF Edson Fachin envolvendo os senadores Romero Jucá, Renan Calheiros e Eunício de Oliveira, bem como os deputados federais Lúcio Vieira Lima e Rodrigo Maia.

De acordo com as delações que deram origem às investigações, a aprovação da MP 613 no Congresso teria custado à Odebrecht R\$ 7 milhões em propinas a esses parlamentares. Segundo Marcelo Odebrecht, o sucesso das negociações para a elaboração da MP pelo Ministério da Fazenda também estaria associado às doações feitas pela empresa ao Partido dos Trabalhadores para campanha eleitoral e outros fins.

Segundo o delator, assim como muitos projetos no Brasil, a medida teria embasamento técnico e legitimidade, mas, “se você não tem acesso ao rei, você não consegue aprovar”. De fato, o governo federal já implementava à época diversas medidas de desoneração fiscal como estímulo à competitividade e ao investimento privado nos setores da indústria que estariam com as margens de lucro comprimidas. Mas a política de desoneração da folha de pagamentos, por exemplo, que foi desenhada para incluir 15 setores da economia, acabou sendo estendida para mais de 40.

Como tem afirmado a presidente Dilma Rousseff em entrevistas, as renúncias fiscais parecem ter servido apenas para elevar as margens de lucro das empresas beneficiadas, sem estimular investimentos. As tentativas de eliminá-las desde o início do ajuste fiscal em 2015 vêm sendo inviabilizadas por um Congresso que, ao contrário, não ofereceu resistência alguma para a aprovação da PEC que limita por duas décadas o Orçamento para itens essenciais.

O prejuízo gerado por um sistema político que representa sobretudo os interesses de grupos econômicos com maior poder de influência também tem sido denunciado nos EUA, onde o financiamento empresarial de campanhas e o lobby são legais.

Para fortalecer a democracia brasileira, não basta, portanto, fiscalizar ilegalidades e julgar criminosos. Demonizar o Estado e deixar o mercado livre para ditar suas próprias regras tampouco é caminho para um desenvolvimento inclusivo e sustentável. Nesse quadro, o financiamento público de campanhas pode revelar-se menos custoso do que parece.

LAURA CARVALHO, 33, é professora do Departamento de Economia da FEA-USP com doutorado na New School for Social Research (NYC). Escreve às quintas-feiras nesta coluna.

20 ABR 2017

FOLHA DE LONDRINA

Após 11 meses, empresário envolvido na Publicano 5 deixa a prisão

**Antônio Luiz da Cruz é suspeito
de manter, juntamente com
donos de frigoríficos da região, um
antigo acordo de corrupção com
auditores da Receita Estadual**

Loriane Comeli
Reportagem Local

O juiz da 3ª Vara Criminal de Londrina, Juliano Nanuncio, revogou a prisão preventiva e colocou em liberdade o empresário do setor suínos Antônio Luiz da Cruz, que estava preso desde a deflagração da Operação Publicano 5, em maio do ano passado. A decisão é de terça-feira, mesmo dia que Cruz deixou a cela que ocupava na unidade dois da Penitenciária Estadual de Londrina (PEL2).

Cruz é acusado de manter, juntamente com outros empresários do setor, um antigo acordo de corrupção com auditores da Receita Estadual. Frigoríficos da região teriam sonegado milhões em impostos e, para isso, pagado propinas também milionárias. Na mesma ocasião foi preso outro empresário do setor, Aparecido Domingues do Santos, o Dinho do Porco,

de Quatiguá, o último dos investigados da Publicano que está detido. Todos os demais – são pelos menos duas centenas de envolvidos – estão em liberdade ou em prisão domiciliar. A defesa de Santos já solicitou a revogação da prisão, pedido que deve ser apreciado em breve pelo juiz.

O advogado de Cruz, André Salvador, disse que o principal argumento para solicitar a revogação da prisão – que durou 11 meses – foi a ausência de requisitos para a manutenção da medida. “Não estavam mais presentes os requisitos para a prisão preventiva. Ele (Cruz) não tem mais empresas e os fiscais supostamente envolvidos estão afastados da função”, afirmou, lembrando que seu cliente ficou quatro meses detido no 4º Distrito Policial até ser transferido à PEL 2.

Entretanto, para ele, o fator mais relevante foi a revogação da prisão do principal delator do esquema corrupto na Receita Estadual, o ex-auditor Luiz Antonio de Souza, que está em prisão domiciliar desde o dia 5 de abril – após dois anos e três meses de prisão. “O argumento de manutenção da ordem pública, por exemplo, não se sustentava mais”, disse Salvador.

Em que pese o Ministério Público tenha opinado pela necessidade da manutenção da prisão, o juiz, ao revogar a ordem, considerou, também, o longo tempo da segregação cautelar.

CONTINUA

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

20 ABR 2017

“Tal prazo, a meu ver, conquanto não configure a ilegalidade de sua prisão, haja vista a complexidade do feito no qual é acusado, em que figuram como réus 52 pessoas e são apurados 48 fatos delituosos, torna-se, a meu ver, desde já desproporcional em face dos fatos ao requerente imputados, projetando-se a longa instrução que tal feito obviamente terá”, anotou Nanuncio.

O magistrado concluiu que “a esta altura, a ordem pública ensejadora de sua prisão, que outrora vigorava, ora já não mais persiste, considerando o avançado nível de instrução das chamadas Operações Publicano, não se constatando, quanto ao requerente, neste momento, a possibilidade concreta de reiteração criminosa”.

A Publicano 5 foi a operação em que o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) constatou que Souza, dentro da prisão, continuava praticando delitos. Com a ajuda de familiares e pessoas próximas, estaria extorquindo empresários do setor de frigoríficos para não incluí-los nos depoimentos de delação. Foi por este motivo que os benefícios de seu acordo foram rescindidos e a liberdade – prevista inicialmente para 30 de junho – foi suspensa. Somente agora, com a renovação do acordo, Souza conseguiu ir para a prisão domiciliar.

20 ABR 2017

FOLHA DE LONDRINA

Diante de Temer, Moro recebe medalha do Exército



O juiz Sérgio Moro foi um dos agraciados com a medalha de Honra do Mérito Militar, entregue a quem tenha prestado serviços relevantes à nação

Folhapress

Brasília - Com oito ministros investigados no rastro da Operação Lava Jato, o presidente Michel Temer participou nesta quarta-feira (19) de solenidade com o juiz federal Sérgio Moro em comemoração ao Dia do Exército. Na tribuna de honra, o peemedebista fez questão de cumprimentar o magistrado, mas eles não conversaram e não se sentaram próximos. O presidente foi embora do evento antes do magistrado, que se retirou na sequência.

O juiz foi um dos agraciados com a medalha de Honra do Mérito Militar, entregue pelo Exército a pessoas que tenham prestado serviços relevantes à nação brasileira.

A condecoração também foi concedida a militares, políticos, personalidades e juristas, como o apresentador Luciano Huck e os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) Edson Fachin e Luís Roberto Barroso. Os dois últimos não participaram do evento.

Em discurso no evento, o comandante do Exército, general Eduardo Villas Bôas, afirmou que o país passa por uma "aguda crise moral", expressa, segundo ele, "em incontáveis escândalos de corrupção", que "comprometem o futuro" do país.

Ele ressaltou ainda que o momento de crise "embaça a percepção" do projeto de nação, que se dispersa "em lutas por interesses pessoais e corporativos sobrepostos aos interesses nacionais".

Segundo ele, contudo, isso não pode "servir para disputas paralisantes" e a Constituição Federal deve ser respeitada, assim como "os valores da democracia".

"O momento exige do povo e de suas lideranças a união de propósitos que nos catalise o esforço de regeneração, para restabelecer a esperança", disse. "Não há atalhos fora da Constituição Federal", acrescentou.

Ao todo, Fachin autorizou a abertura de inquéritos contra oito ministros, 24 senadores e 39 deputados federais, incluindo os presidentes da Câmara e do Senado. Como presidente da República, Temer não pode ser investigado por episódios anteriores ao seu mandato. Ele, contudo, é citado em delações premiadas da Odebrecht. Em uma delas, é acusado de ter comandado em 2010 reunião em que se acertou o pagamento de US\$ 40 milhões de propina de um contrato da empreiteira com a Petrobras. O presidente negou ter tratado de valores no encontro em São Paulo.

20 ABR 2017

FOLHA DE LONDRINA

Parte sigilosa de lista de Fachin inclui Lula e Cunha

Breno Pires

Agência Estado

Brasília - As 25 petições feitas pela Procuradoria-Geral da República (PGR) que ainda estão em segredo por decisão do ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal, incluem mais suspeitas de crimes envolvendo nomes de destaque do PT e do PMDB. Na lista, estão o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o ex-ministro Antonio Palocci, o senador Edison Lobão (PMDB-MA), o ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha (PMDB) e o ex-ministro Henrique Eduardo Alves (PMDB), entre outros.

O jornal "O Estado de S. Paulo" teve acesso com exclusividade às petições, que têm como base as delações de executivos e ex-executivos da Odebrecht, mas tratam de fatos ainda não divulgados. Estes casos permanecem em sigilo porque a procuradoria entende que a sua divulgação pode prejudicar as investigações. Há relatos de pagamentos de vantagens indevidas em nove campanhas eleitorais, num total de R\$ 17,43 milhões - parte do valor foi pago em dólar.

A atuação de Lula é citada em relação às operações da Odebrecht em Cuba, no Porto de Mariel, e em Angola, em um contrato assinado entre o grupo baiano e a empresa Exergia, de propriedade de Taiguara Rodrigues, sobrinho da primeira mulher do ex-presidente. O contrato previa a prestação de serviços em Angola, entre 2011 e 2014, quando Lula já

não era presidente. De acordo com quatro colaboradores, no entanto, esta contratação foi feita para atender a pedido do próprio ex-presidente.

Delatores acrescentaram que a empresa Exergia não detinha experiência no ramo de construção e seria constituída por Taiguara só para fazer uso da influência de Lula. As informações e documentos serão encaminhados à Justiça Federal do Paraná, a pedido da PGR, porque fatos semelhantes já eram apurados previamente.

Em relação a Antonio Palocci, o pedido é para investigar as afirmações de delatores de que o ex-ministro fez pedido para pagamentos a campanhas eleitorais à presidência do Peru e à presidência de El Salvador. Neste último, o valor pago ao marqueteiro João Santana, segundo os relatos, foi de R\$ 5,3 milhões para que ele trabalhasse na campanha de Maurício Funes, eleito em 2009. Colaboradores também apontaram o pagamento de US\$ 3 milhões para a candidatura de Ollanta Humala à presidência do Peru.

INFORME

'Veio o galinheiro todo'

O desembargador João Pedro Gebran Neto, relator da Lava Jato no Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), destacou a surpresa do próprio Judiciário com as proporções - e a quantidade de esquemas de corrupção investigados - na operação. "Vou usar uma frase que já foi atribuída a vários ministros: puxou-se uma pena e veio uma galinha. Aliás, eu já diria que veio o galinheiro inteiro", avaliou. A declaração foi feita em Lisboa, onde Gebran participou do 5º Seminário Luso-Brasileiro de Direito, organizado pelo Instituto Brasileiro de Direito Público (IDP), que tem Gilmar Mendes, coordenador do evento, como um dos sócios.

20 ABR 2017

FOLHA DE LONDRINA

Senado vota dia 26 abuso de autoridade

Votação, que ocorreria nesta quarta-feira, foi adiada devido às modificações feitas no texto do Ministério Público pelo senador Roberto Requião PMDB-PR

Julia Lindner
Agência Estado

Brasília - O presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Edison Lobão (PMDB-MA), marcou a votação do projeto que atualiza a lei do abuso de autoridade para próxima quarta-feira (26). Ele disse que não vai mais admitir "obstrução, nem nenhum outro tipo de chicana regimental" para protelar a apreciação do texto.

A leitura do relatório na CCJ, nesta quarta-feira (19) durou mais de duas horas. Como já era previsto, o relator da proposta, senador Roberto Requião (PMDB-PR), rejeitou o projeto de autoria do líder do PMDB, Renan Calheiros (AL), e apresentou um substitutivo baseado na proposta alternativa do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, com diversas alterações.

Desde o final do mês de março, havia um acordo informal para que a votação do texto ocorresse ontem. Porém, após o fim da leitura, diversos parlamentares

pediram vista, o que impediria a apreciação. Eles argumentavam que, como Requião fez modificações no texto do Ministério Público, precisariam de mais tempo para análise.

No final do mês de março, Requião havia apresentado outro parecer sobre o mesmo tema, com base no projeto de Renan. Depois do pedido de vista coletiva de uma semana, houve um acordo para que a votação do texto ocorresse hoje. Nesta quarta, o relator justificou que pedidos de vista só podem ocorrer uma vez e que a intenção do adiamento seria de caráter protelatório.

Já o senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) argumentou que o próprio relator mostrou que este é um projeto novo, que "nada tem a ver" com o parecer anterior. Lasiér Martins (PSD-RS) disse que o novo texto tem diversos trechos subjetivos que precisam ser revisados pelos parlamentares.

O senador Magno Malta (PR-ES), favorável ao projeto, afirmou que o projeto é polêmico e precisa ser melhor discutido. "Ainda mais

na situação atual, a situação não é de cair o queixo, é de cair os dentes, está aí o senador Hélio José (PMDB-DF) para provar", brincou. Na terça-feira (18), a prótese dentária do parlamentar caiu durante discurso em uma comissão. Na sessão de ontem, Hélio José disse que estava defendendo os interesses dos trabalhadores e que já foi ao dentista arrumar a prótese, provocando risos no colegiado.

A senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) alegou que o relatório de Requião traz o resultado das vistas concedidas da última vez. "Não cabe dizer que temos pressa, esse é um projeto de 2009", justificou. Ela defendeu que qualquer mudança poderia ser discutida durante a votação. "Não tem por que isso se arrastar ainda mais", ponderou.

Jorge Viana (PT-AC) disse que, não fosse a pressão popular, todos os senadores já teriam decidido pela votação. Jader Barbalho (PMDB-PA) também entrou na discussão para pedir que a votação ocorresse impreterivelmente na próxima semana, pois aprovar um adiamento novamente representaria que o Congresso está "com medo" da Justiça.

CONTINUA

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

20 ABR 2017

'É vingança contra
a Lava Jato', diz
procurador



"Se aprovado, o projeto vai calar de vez a força tarefa da Operação Lava Jato e o juiz Sérgio Moro", alerta em vídeo Deltan Dallagnol e outros procuradores

Ricardo Brandt,
Luiz Vassallo e
Julia Affonso
Agência Estado

São Paulo - Os procuradores da força-tarefa da Operação Lava Jato divulgaram um vídeo, nesta quarta-feira (19), no qual criticam o projeto de lei de Abuso de Autoridade de autoria do líder do PMDB no Senado, Renan Calheiros. Em vídeo divulgado nas redes sociais, Deltan Dallagnol afirma que, se aprovado, o projeto vai "calar de vez a força tarefa da Operação Lava Jato e o juiz Sérgio Moro".

Em vídeo divulgado nas redes sociais, a procuradora da República

Isabel Groba lembra que, em 2013, protestos impediram a "aprovação da PEC 37, que retirava do Ministério Público o poder de investigar". "Agora, os políticos tentam calar as autoridades novamente", afirma.

O procurador da República Carlos Fernando Santos Lima, que também integra a força-tarefa da Lava Jato, explicou que todos são contra o abuso de autoridade, "mas não é isso que está em jogo". "Esse projeto promove uma verdadeira vingança contra a Lava Jato. O que desejam é processar criminalmente o policial que os investiga, o procurador que os acusa e o juiz que o julga", disse.

CONTINUA

20 ABR 2017

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

80% dos deputados da lista são favoráveis a punição por abuso

Elisa Clavery
Agência Estado

São Paulo - De 34 deputados que tiveram investigação autorizada pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, com base nas delações da Odebrecht e que participaram da sessão na Câmara no fim do ano passado, 27 votaram a favor de incluir no pacote anticorrupção a previsão de punição por abuso de autoridade, o que representa quase 80% dos parlamentares.

A emenda ao "desconfigurado" texto apresentado pelo Ministério Público é criticada por integrantes do Judiciário por ser considerada uma tentativa de barrar a Lava Jato.

Dentre os investigados, o partido que teve mais votos a favor da emenda foi o PT (11). O posicionamento pela aprovação do texto era uma orientação da bancada na votação na Câmara, em 30 de novembro passado.

Outras 12 legendas tiveram deputados federais na lista do ministro Fachin, entre eles PP, PMDB, DEM, PSDB e PSB. A segunda sigla que mais teve votos favoráveis de parlamentares incluídos na lista de Fachin foi o PP, com quatro investigados a favor e uma ausência. Os três deputados do PMDB alvo de inquéritos com base nas delações da Odebrecht também votaram em favor da emenda.

Sem orientação do partido para o voto, três deputados do PSDB votaram contra a tipificação do crime no texto e um não votou. Outro que também foi contra a inclusão da emenda na proposta foi o relator do pacote na Comissão Especial, Onyx Lorenzoni (DEM-RS), que está na relação de investigados.

EMENDA

Proposta pelo deputado Weverton Rocha (PDT-MA), a emenda especifica crimes, separadamente, para magistrados e membros do Ministério Público. A crítica ao texto, porém, é o uso de termos que dão margem a interpretações. Entre eles, "atuar com motivação político-partidária" e "proceder de modo incompatível com a dignidade e o decoro do cargo" e, no caso de integrantes do Ministério Público, "ser patentemente desidioso no cumprimento de suas atribuições".

Pela emenda, também é proibido expressar opinião sobre processos pendentes de julgamento por qualquer meio de comunicação. A pena para esses atos é reclusão de seis meses a dois anos, além de multa.

20 ABR 2017

GAZETA DO POVO

● AUDIÊNCIAS

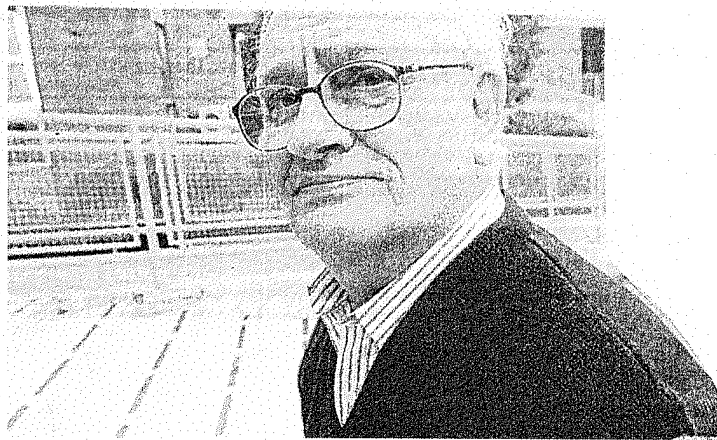
Justiça ouve Bibinho e filhos, réus por lavagem de dinheiro

Caso que está na alçada da 4.^a Vara Criminal de Curitiba se refere ao desvio de R\$ 216 milhões por meio da contratação de funcionários fantasmas

| Felipe Aníbal

● A 4.^a Vara Criminal de Curitiba começou ontem as audiências da ação penal que tem entre os réus o ex-diretor da Assembleia Legislativa do Paraná (Alep), Abib Miguel, o Bibinho, acusado de lavagem de dinheiro. A ação penal é decorrente da “Operação Argonauta”, deflagrada pelo Grupo de Atuação Especial e Combate ao Crime Organizado (Gaeco) e na qual Bibinho foi preso enquanto recebia uma mala que continha cerca de R\$ 70 mil, no aeroporto de Brasília.

O ex-diretor da Alep chegou ao Fórum Criminal de Curitiba, no bairro Santa Cândida, pouco antes das 13 horas. Ao perceber que era fotografado, fez cara de ironia e entrou no bloco, acompanhado do advogado Jorge



Bibinho chega ao fórum: audiência deve ser retomada hoje.

Vargas. Bibinho se limitou a dizer que não dá entrevistas e seguiu para a sala da 4.^a Vara, onde ele e outros 12 réus seriam ouvidos.

A expectativa da promotoria é de que a audiência tenha que ser retomada hoje, pelo número de pessoas arroladas. A acusação elencou 16 possíveis testemunhas, enquanto a defesa listou mais de 70. O caso está sob responsabilidade da juíza Melissa de Azevedo Olivas.

Além de Bibinho, figuram como réus outros sete parentes do ex-diretor da Alep (inclusive seus três filhos) e um advogado dele. Segundo a denúncia, entre 2007 e 2010, Bibinho foi o responsável pelo desvio de

mais R\$ 216 milhões (em valores atualizados), por meio de um esquema de contratação de “funcionários fantasmas”. O caso veio à tona após a publicação da série de reportagens Diários Secretos, realizadas pela Gazeta do Povo e pela RPC.

A investigação do Gaeco concluiu que o dinheiro era lavado por meio da aquisição e exploração de imóveis rurais. Bibinho e seus familiares mantinham mais de 60 propriedades, em diversos estados

O ex-diretor da Alep já foi condenado duas vezes, em desdobramentos de investigações sobre o esquema de funcionários fantasmas da Assembleia.

20 ABR 2017

GAZETA DO POVO

Vem mais por aí

Os inquéritos já abertos pelo ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), correspondem a pagamentos de R\$ 451 milhões em propinas a agentes públicos. O valor equivale a menos de 5% dos R\$ 10,5 bilhões que a empreiteira Odebrecht teria destinado ao seu Departamento de Operações Estruturadas nos últimos oito anos. Isso significa que ainda há muito o que investigar – e que novas iniciativas devem aparecer logo. Dos arquivos da empreiteira e de outras empresas ainda devem surgir outros nomes e casos, a serem tratados no âmbito do STF e de outras cortes.

20 ABR 2017

GAZETA DO POVO

Tudo o que você viu é só 5% do dinheiro



O ministro Fachin: inquéritos abertos na semana passada podem ser apenas o começo do trabalho.

Os 76 inquéritos abertos pelo ministro Edson Fachin correspondem a pagamentos de R\$ 451 milhões a agentes públicos. Departamento de propinas da Odebrecht, no entanto, movimentou cerca de R\$ 10,5 bilhões

CONTINUA

20 ABR 2017

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Rafael Moro Martins

Especial para a Gazeta do Povo

● O que a Justiça já mandou investigar é apenas uma pequena fração do que consta nas delações premiadas que 78 executivos do grupo Odebrecht firmaram no âmbito da operação Lava Jato. Seja em volume de propinas pagas, ou em número de possíveis envolvidos no esquema de pagamento de propinas, a comparação do que há nas delações com o que já está em investigação mostra que o Ministério Público Federal terá muito trabalho pela frente antes de concluir a apuração sobre o que afirmaram os delatores.

Um exemplo: os 76 inquéritos abertos por ordem do ministro Edson Fachin, relator dos processos da operação Lava Jato no Supremo Tribunal Federal (STF), tratam de R\$ 451 milhões em pagamentos a políticos, dos quais R\$ 224,6 milhões por obras e contratos da Odebrecht com o setor público e R\$ 170 milhões pela aprovação de medidas provisórias ou emendas que favoreceram a empreiteira, estima o jornal *O Estado de S. Paulo*.

Trata-se, entretanto, de uma fração dos US\$ 3,37 bilhões -- equivalentes, na cotação desta segunda-feira (17), a R\$ 10,5 bilhões -- movimentados entre 2006 e 2014 pelo Setor de Operação Estruturadas, mais conhecido como o "departamento de propinas" da Odebrecht. Mais exatamente, a meros 5% do que a maior empreiteira do Brasil admitiu ter pago "por fora" no Brasil e no exterior.

Novos Inquéritos

Noutro levantamento, *O Estado de S. Paulo* fala em R\$ 1,68 bilhão em propinas e contribuições de campanha via caixa dois a 493 políticos, lobistas, empresários e dirigentes de estatais. Os 83 inquéritos autorizados por Fachin, contudo, tratam apenas de 108 políticos.

Outras 200 petições foram remetidas pelo ministro a instâncias inferiores, por tratarem de políticos que não têm foro no STF, caso do governador Beto Richa (PSDB) -- cujo inquérito está nas mãos do Superior Tribunal de Justiça (STJ) -- e dos ex-presidentes Luiz Inácio Lula da Silva, Dilma Rousseff e Fernando Henrique Cardoso, que serão investigados por varas judiciais de primeira instância -- como a 13.ª Federal Criminal do Paraná, comandada por Sergio Moro.

Na prática, tudo isso quer dizer que a delação premiada da Odebrecht ainda deverá gerar novos inquéritos. Procurada pela Gazeta do Povo, a assessoria de imprensa da Procuradoria Geral da República do Ministério Público Federal disse que "há alguns casos em que não há indícios o suficiente para abertura de inquérito, o que pode ser revisto a qualquer momento pela unidade do Ministério Público ou mesmo pelo juiz competente".

CONTINUA

20 ABR 2017

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

182 NOMES

fazem parte de uma nova lista de propinas, controlada pelo ex-diretor da empreiteira Benedicto Barbosa da Silva Júnior, um dos chefes do Departamento de Operações Estruturadas. Nela, mencionam-se nomes, inclusive de políticos paranaenses, que ainda não são alvo de inquéritos.

DINHEIRO RÁPIDO

Marcelo Odebrecht disse, ainda, que o departamento de propinas também era fonte de todo tipo de pagamentos que demandasse "dinheiro rápido" – inclusive em situações importantes. "Eu participei da questão para trazer o corpo de um engenheiro nosso que foi sequestrado no Iraque. Eu participei, junto com o governo brasileiro, da negociação que envolveu, inclusive, o governo italiano. A gente deu, se não me engano, foi US\$ 5 milhões. Isso é por fora. A gente pagou sequestro na Colômbia, sequestro no Peru", relata.

LADRÃO QUE ROUBA LADRÃO...

Marcelo Odebrecht observou em depoimentos que havia suspeitas de que funcionários da própria empresa estavam desviando recursos do departamento de propinas. Poderia ser um crime perfeito, já que a contabilidade paralela do departamento impedia um controle perfeito das entradas e saídas de dinheiro. Além disso, os colaboradores da empresa dizem que o Drousys, sistema eletrônico usado para acompanhar o departamento, era suscetível a falhas

LAVAJATO

MP pede a Moro condenação da mulher de Cunha por lavagem de dinheiro e evasão de divisas

● Em alegações finais ao juiz federal Sérgio Moro, a Procuradoria da República no Paraná pediu a condenação da jornalista Cláudia Cruz por lavagem de dinheiro e evasão de divisas de mais de US\$ 1 milhão provenientes de crimes praticados pelo marido, o ex-presidente da Câmara e deputado cassado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), na Operação Lava Jato.

O Ministério Público Federal requereu cumprimento de pena em regime fechado para Cláudia Cruz e outros três réus. São eles: Jorge Luiz Zelada, ex-diretor da Área Internacional da Petrobrás, pelo crime de corrupção passiva; João Augusto Rezende Henriques, operador que representava os interesses do PMDB no esquema, por corrupção passiva, lavagem de dinheiro e evasão de divisas; e Idalecio Oliveira, empresário português proprietário da CBH (Companie Beninoise des Hydrocarbures Sarl), pelos crimes de corrupção ativa e lavagem de dinheiro. "Considerando o montante das reprimendas fixadas e a gravidade dos crimes em concreto, o regime inicial de cumprimento da sanção privativa de liberdade aplicada aos acusados deverá ser inicialmente fechado", requereu a força-tarefa da Lava Jato.

Defesa

O advogado Pierpaolo Cruz Bottini, que defende Cláudia Cruz, disse que "é uma manifestação do Ministério Público, que apresentou a versão dele, o pedido dele. A defesa vai apresentar nos próximos dias suas razões, vai rerepresentar todos os documentos que mostram que ela (Cláudia Cruz) não tem nenhuma relação com recursos ilícitos e confia que a Justiça decidirá de maneira imparcial".

20 ABR 2017

GAZETA DO POVO

Marqueteira diz que Odebrecht pagou serviços para Gleisi

Mônica Moura afirmou ao juiz Moro que as campanhas de Gleisi, em Curitiba, e Marta Suplicy, em São Paulo, foram pagas por meio de caixa 2

João Frey

● A marqueteira Mônica Moura, mulher sócia do marqueteiro João Santana, disse em depoimento ao juiz Sergio Moro, no âmbito da Operação Lava Jato, que parte das despesas da campanha da senadora Gleisi Hoffmann (PT) à prefeitura de Curitiba, em 2008, foram pagas pela Odebrecht por meio de caixa 2.

Segundo Mônica Moura, naquele ano sua empresa recebeu R\$ 18 milhões da Odebrecht. "Isso foi uma colaboração, uma doação que a Odebrecht fez para a campanha da Marta Suplicy para a prefeitura de São Paulo em 2008, que nós fizemos o marketing, e a campanha da senadora



Mônica Moura deixa a sede da Justiça Federal, em Curitiba, após o depoimento.

Gleisi Hoffmann à prefeitura de Curitiba, também em 2008. Eles colaboraram com as duas campanhas pagando uma parte do nosso trabalho", disse Mônica ao magistrado.

Planilha de um dos principais delatores da Odebrecht inclui cúpula política do Paraná

No depoimento não fica claro quanto do valor total citado pela marqueteira teria sido destinado à campanha de Gleisi e quanto teria alimentado suposto caixa 2 de Marta Suplicy.

A marqueteira disse ainda não se lembrar exatamente como recebeu o pagamento da Odebrecht, mas que provavelmente o pagamento foi feito no Brasil, e não em contas que o casal mantinha no exterior. Segundo Mônica Moura,

os pagamentos feitos no Brasil eram geralmente em dinheiro vivo, que era entregue em malas ou mochilas em quartos de hotel e flats.

Richa e Gleisi podem ter o mandato cassado por caixa 2?

Outro lado

Por meio de nota, a senadora Gleisi Hoffmann negou que tenha solicitado contribuições da Odebrecht. "Reitero que não solicitei contribuição para as minhas campanhas aos executivos da Odebrecht e nem que solicitei que pagassem contas da campanha citada. Todos os valores que foram recebidos como doação ou pagos aos prestadores de serviços constam das minhas prestações de contas aprovadas pelo TRE", afirmou Gleisi.

20 ABR 2017

GAZETA DO POVO

PF apura fraude na venda do Panamericano

BRASÍLIA
Agência O Globo

● O empresário Henrique Abravanel, irmão do apresentador Silvio Santos, foi um dos alvos da Operação Conclave, da Polícia Federal, iniciada ontem. A investigação é sobre o processo de venda de ações do banco Panamericano, que era da família Abravanel, para a Caixa Econômica Federal, em 2009. O banco foi vendido posteriormente para o BTG Pactual, em 2011. Segundo a Polícia Federal, foram emitidos 46 mandados de busca e apreensão em cinco estados e no Distrito Federal. A apuração é sobre a prática de crimes de gestão temerária e gestão fraudulenta nos negócios.

Henrique integrou o Conselho de Administração do Panamericano quando a gestão estava nas mãos da família. A Caixa comprou 49% das ações do banco em 2009 por R\$ 739,3 milhões. No ano seguinte descobriu-se que a instituição financeira tinha um

rombo bilionário. Em 2011, a família Abravanel saiu do negócio vendendo suas ações para o BTG Pactual.

A investigação apura se o negócio gerou prejuízo ao banco público, seus correntistas e clientes. A investigação identificou três núcleos criminosos: o de agentes públicos, responsáveis pelas assinaturas de pareceres e contratos, o de consultorias, contratadas para dar legitimidade aos negócios, e o de empresários, que conheciam a real situação das empresas. Os investigados poderão responder por gestão temerária ou fraudulenta, crimes que tem penas de até 12 anos de reclusão. O Ministério Público Federal não confirma que houve bloqueio de bens.

Entre os alvos de busca e apreensão também está o banqueiro André Esteves, sócio do BTG Pactual. Houve buscas na residência dele e também na sede do banco no Rio. O advogado de Esteves, Antonio Carlos de Almeida Castro, o Kakay, afirmou que o resultado não foi efetivo porque os locais já foram vasculhados anteriormente em outra operação determinada pela própria Justiça Federal do Distrito Federal.

CONCLAVE

O nome da operação – “conclave” – foi adotado em razão da forma sigilosa com que foram tratadas as negociações para transação ocorrida entre o Banco Panamericano e a Caixa (braço a Caixa que mantém participações em outras empresas). Trata-se de uma alusão ao ritual que ocorre a portas fechadas entre cardeais na Capela Sistina, na cidade do Vaticano, com a intenção de escolher um novo Papa para a Igreja Católica.

20 ABR 2017

TRIBUNA DO PARANÁ

LISTA SIGILOSA

Procurador-geral da República pede ao STF investigações sobre Lula e Cunha

As 25 petições feitas pela Procuradoria-Geral da República (PGR) que ainda estão em segredo por decisão do ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal, incluem mais suspeitas de crimes envolvendo nomes de destaque do PT e do PMDB. Na lista, estão o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o ex-ministro Antonio Palocci, o senador Edison Lobão (PMDB-MA), o ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha (PMDB) e o ex-ministro Henrique Eduardo Alves (PMDB), entre outros.

Estes casos permanecem em sigilo porque a procuradoria entende que a sua divulgação pode prejudicar as investigações.

Há relatos de pagamentos de vantagens indevidas em nove campanhas eleitorais, num total de R\$ 17,43 milhões parte do valor foi pago em dólar.

A atuação de Lula é citada em relação às operações da Odebrecht em Cuba, no Porto de Mariel, e em Angola, em um contrato assinado entre o grupo baiano e a empresa Exergia, de propriedade de Taiguara Rodrigues, sobrinho da primeira mulher do ex-presidente.

O contrato previa a prestação de serviços em Angola, entre 2011 e 2014, quando Lula já não era presidente. De acordo com quatro colaboradores, no entanto, esta contratação foi feita para atender a pedido do próprio ex-presidente.

Em relação a Palocci, o pedido é para investigar as afirmações de delatores de que o ex-ministro fez pedido para pagamentos a campanhas eleitorais à presidência do Peru e à presidência de El Salvador. Neste último, o valor pago ao marqueteiro João Santana foi de R\$ 5,3 milhões para que ele trabalhasse na campanha de Mauricio Funes, eleito em 2009. Colaboradores também apontaram o pagamento de US\$ 3 milhões para a candidatura de Ollanta Humala à presidência do Peru. Nos dois casos, o repasse teria sido feito por intermédio do Setor de Operações Estruturadas, o chamado "departamento da propina".

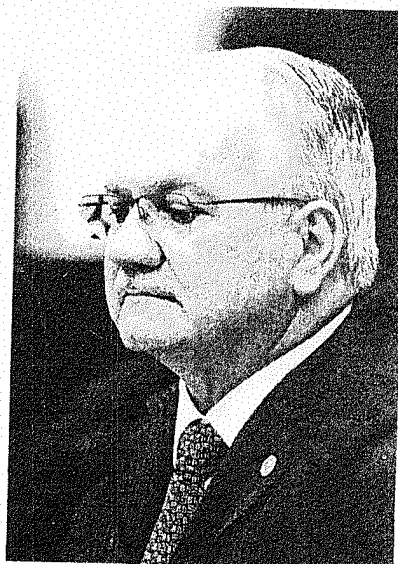
20 ABR 2017

TRIBUNA DO PARANÁ

PEQUENA FRAÇÃO

O que a Justiça já mandou investigar é apenas uma pequena fração do que consta nas delações premiadas que 78 executivos do grupo Odebrecht firmaram no âmbito da Operação Lava Jato. Um exemplo: os 76 inquéritos abertos por ordem do ministro Edson Fachin, relator dos processos da operação Lava Jato no Supremo Tribunal Federal (STF), tratam de R\$ 451 milhões em pagamentos a políticos, dos quais R\$ 224,6 milhões por obras e contratos da Odebrecht com o setor público e R\$ 170 milhões pela aprovação de medidas provisórias ou emendas que favoreceram a empreiteira. Trata-se, entretanto, de uma fração dos US\$ 3,37 bilhões o equivalentes a R\$ 10,5 bilhões movimentados entre 2006 e 2014 pelo Setor de Operação Estruturadas, mais conhecido como o "departamento

de propinas" da Odebrecht. Mais exatamente, a meros 5% do que a maior empreiteira do Brasil admitiu ter pago "por fora" no Brasil e no exterior.



CONDECORADO

O juiz federal Sérgio Moro foi condecorado ontem com a Ordem do Mérito Militar, em cerimônia de comemoração do Dia do Exército, em Brasília. Moro já estava presente quando o presidente Michel Temer chegou ao local e o cumprimentou.

PRISÃO

O Ministério Público Federal (MPF) pediu anteontem a condenação da jornalista Cláudia Cruz, mulher do ex-deputado federal Eduardo Cunha (PMDB,) na Lava Jato. Os procuradores pediram que o juiz federal Sergio Moro condene a jornalista pelos crimes de lavagem de dinheiro e evasão de divisas.

As alfinetadas de Requião

Catarina Scortecchi

O senador Roberto Requião (PMDB-PR), relator do polêmico projeto de lei que mexe na legislação sobre abuso de autoridade cometido por agente público, voltou a alfinetar ontem os procuradores da República à frente da Operação Lava Jato em Curitiba, que são contrários ao texto em trâmite no Senado. Desta vez,

o alvo de Requião foi um vídeo divulgado pelo procurador da República Deltan Dallagnol em seu perfil no Facebook.

No vídeo, o coordenador da força-tarefa da Lava Jato no Paraná, e também os procuradores da República Carlos Fernando dos Santos Lima e Isabel Cristina Groba Vieira, fazem uma espécie de apelo aos brasileiros, para que o Senado seja pressionado a derru-

bar o projeto da Lei de Abuso de Autoridade. Para o trio, a ideia do projeto de lei é "investigar o policial que investiga, o promotor que acusa e o juiz que julga".

Durante reunião da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que discute o projeto de lei (PLS 280/2016), Requião se referiu ao vídeo como um "jogral" feito por um "grupo de fundamentalistas".

20 ABR 2017

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

São devidos honorários em ação de execução de verba de sucumbência

São devidos honorários na ação de execução, mesmo que o seu objeto seja a cobrança de honorários fixados em sentença judicial. Assim entendeu o ministro Napoleão Nunes Maia, do Superior Tribunal de Justiça, ao dar provimento a recurso de um advogado que não recebeu os honorários de sucumbência que tinha direito e teve que executar o crédito. O devedor era o Instituto Nacional do Seguro Social.

Ao analisar o recurso questionando acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que dizia que não cabe arbitramento de novos honorários advocatícios em execução exclusiva para cobrar o recebimento do dinheiro pelos serviços prestados, o ministro lembrou que a decisão contraria jurisprudência firmada pelo STJ.

Princípio da insignificância não se aplica a uso e tráfico de drogas

O princípio da insignificância não se aplica ao uso e tráfico de drogas. Como esses são crimes de perigo abstrato, é irrelevante a quantidade da substância apreendida. Com base nesse entendimento, a 5ª Turma do Superior Tribunal de Justiça afastou a insignificância e, em decisão unânime, determinou o recebimento de denúncia por prática de tráfico internacional em razão da importação clandestina de 14 sementes de maconha por remessa postal.

Segundo denúncia do Ministério Público, o acusado importou as sementes da Holanda, ao preço de R\$ 200, para cultivo em território nacional. Em primeira e segunda instâncias, a Justiça de São Paulo aplicou o princípio da insignificância e rejeitou a denúncia, por considerar que a quantidade de sementes apreendidas era pequena e que não havia perigo aos outros bens tutelados no crime de contrabando.



20 ABR 2017

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Aroldo Murá

LAVA JATO PODE REPETIR A "MÃOS LIMPAS", OPINA CHEMIN

A investigação de um episódio aparentemente isolado de corrupção em pouco tempo começa a desvendar um gigantesco esquema de pilhagem dos cofres públicos e pagamento de propinas.

Foi assim na Operação Mãos Limpas, da Itália, e na Lava Jato, do Brasil.

Separadas por duas décadas, as duas operações expuseram a corrupção sistêmica que assola os dois países, com o desvio contínuo de fortunas incalculáveis para as contas de políticos e de partidos de todos os matizes ideológicos e de gestores públicos e privados. Contratos superfaturados, licitações fraudadas e lavagem de dinheiro sustentam a Tangentopoli italiana e a Propinolândia brasileira, protegidas por legislações que neutralizam o combate e a punição dos crimes de colarinho-branco.

GUIA COMPARATIVO

Procurador do Ministério Público há 24 anos e doutor em Direito de Estado, Rodrigo Chemin lançou terça, 18, em Curitiba o livro "Mãos Limpas e Lava Jato: a corrupção se olha no espelho", que revela perturbadoras semelhanças entre as operações,



Rodrigo Chemin

cidadão italiano não reage a escândalos de corrupção como antes, parece anestesiado", pontua Rodrigo Chemin.

ABUSO DE AUTORIDADE

Em relação ao projeto de lei sobre abuso de autoridade, em tramitação no Congresso, Chemin é favorável à atualização da lei – que é dos anos 1960 – mas não da forma como está sendo proposta que, entre

outros pontos, não se aplica a parlamentares.

"Estamos vivendo um momento de definição do futuro do país, com dois caminhos a seguir: ou melhoramos a legislação para impedir criminalmente práticas de corrupção quando identificadas, ou fazemos uma legislação que proteja essas práticas e impeça que sejam responsabilizadas, como aconteceu na Itália. Da forma como está, a redação da lei permite que se responsabilize juízes e promotores por divergência de interpretação.

Talvez o Judiciário possa diminuir o alcance depois, mas até lá isso pode demorar e abre oportunidade para réus inventarem a discussão, passando a julgar os seus julgadores", critica o procurador.

desde o *modus operandi* dos corruptos das esferas pública e privada até as manobras para se safarem da justiça. O guia comparativo retrata o que aconteceu na Itália e alerta para o que pode acontecer no Brasil.

DESTINO

"Na Itália, surgiram várias iniciativas tanto para diminuir os prazos do tempo de punição dos condenados, quanto para coagir o Ministério Público. Até hoje, ainda há iniciativas nesse sentido, para que o MP perca autonomia e seja subordinado ao Executivo. Ao longo de dez anos, com a diminuição do interesse da mídia e da população, ampliou-se o espaço de conforto e a ausência críticas para que se alterasse legislação. Hoje, o

Alvaro Dias recebe condecoração

O senador Alvaro Dias foi o único político a ser homenageado ontem pelo Exército Brasileiro com a Ordem do Mérito Militar. A condecoração – a mais importante do Exército – é entregue a personalidades civis e militares que “prestam relevantes serviços e distinguem-se no âmbito da Força, ou entre os seus pares, pelo valor pessoal e pelo zelo profissional e por ter prestado ao Exército ou à segurança nacional serviços de relevância, em qualquer domínio”.

A entrega das medalhas aconteceu no QG do Exérci-

to, em Brasília, durante cerimônia que marcou o dia da instituição. O comandante-geral do Exército, General Villas Boas Corrêa, saudou os homenageados e disse que o País vive “uma crise que fere a alma dos brasileiros, com escândalos de corrupção que comprometem o futuro”. Segundo o General, “não há atalhos fora da Constituição”.

O presidente Michel Temer; o ministro da Defesa, Raul Jungmann; e o ministro do STF, Marco Aurélio Mello; acompanharam a cerimônia, que foi marcada por desfiles e apresentações militares. ■



Condecoração recebida pelo senador é a mais importante do Exército

Sérgio Moro também é homenageado

Agência Brasil

Na solenidade de comemoração do Dia do Exército, realizada ontem no QG do II Exército, o juiz federal Sérgio Moro (foto) – responsável pelos processos da Operação Lava Jato na primeira instância da Justiça – foi uma das 100 personalidades agraciadas com a medalha da Ordem do Mérito Militar. A condecoração é dada a militares, civis, organizações e instituições que tenham prestado

relevantes serviços ao Exército.

Moro chegou e saiu da solenidade sem falar com a imprensa. Segundo os critérios de concessão do título disponível no site do Exército Brasileiro, os homenageados devem “distinguir-se no âmbito da Força, ou entre os seus pares, pelo valor pessoal e pelo zelo profissional e ter prestado ao Exército ou à segurança nacional serviços de relevância, em qualquer domínio”. ■



Requião se irrita com pedido de vistas

Um pedido de vista do senador Randolfe Rodrigues, do REDE do Acre, impediu a votação do texto do relator, senador Requião, contra o abuso de autoridade. Ficou para a próxima quarta-feira, dia 26 de abril.

“Randolfe Rodrigues propõe foro privilegiado para juízes e promoto-

res! Serve a quem está bobagem?”, bradou, irritado, Requião, o relator. Ele também criticou os demais colegas que em todas as sessões da CCJ que pediram vista, mas, segundo ele, não contribuíram com nenhuma proposta ao relatório. “Só querem aparecer na TV Senado”, atacou. ■

20 ABR 2017

BEMPARANÁ

Sindicância

Supremo vai investigar Fachin

A presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Cármen Lúcia, decidiu ontem abrir sindicância para apurar a quebra de sigilo das decisões do ministro Edson Fachin sobre as delações de ex-diretores da empreiteira Odebrecht. Um grupo de trabalho foi instituído e deverá concluir a apuração em 30 dias.

As decisões do ministro, que abriu inquéritos contra parlamentares citados nas delações, foram assinadas no dia 4 abril e estavam previstas para ser divulgadas nesta semana, após o feriado de Páscoa.

No entanto, todos os arquivos do processo e as íntegras das decisões de Fachin foram publicadas na semana passada pelo jornal *O Estado de S. Paulo* uma semana antes da data prevista.

Por meio de sua assessoria, a ministra declarou que a Corte vai julgar os processos da Operação Lava Jato, "independentemente de qualquer percalço ou tentativa de atraso".

Após a abertura dos inquéritos envolvendo a delação de ex-executivos da Odebrecht, 109 pessoas passaram a ser investigadas no Supremo Tribunal Federal. Em média, processos criminais podem levar pelo menos cinco anos e meio para ser concluídos na Corte, segundo a nota da assessoria.

G1 Paraná

20 ABR 2017

Justiça marca nova audiência sobre o caso da copeira morta em festa de fim de ano no PR para maio

Crime ocorreu em dezembro do ano passado. Nova audiência foi marcada para 2 de maio.

A 2ª Vara do Tribunal do Júri de Curitiba marcou nova audiência no caso da copeira Rosária Miranda da Silva, de 45 anos, para o dia 2 de maio. Nesta quarta (19), foram ouvidas testemunhas de defesa, acusação, além da ré Kátia das Graças Belo, que é investigadora da Polícia Civil.

A nova audiência deve definir se a ré vai a júri popular ou não. Uma das testemunhas que tinha sido convocada pela defesa de Rosária faltou e será ouvida no mesmo dia.

O crime ocorreu no dia 23 de dezembro. Rosária Miranda da Silva tinha de 45 anos e foi morta após ser baleada numa confraternização de fim de ano nos fundos de um lava a jato, em Curitiba.

Segundo o Ministério Público do Paraná (MP-PR), ela foi vítima de um tiro disparado pela investigadora Kátia Belo, que se irritou com o barulho da festa e atirou contra o estabelecimento vizinho.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

G1 PARANÁ
20 ABR 2017

A rotina da copeira

Rosária era gente simples: divertia-se com a cantoria de sertanejos antigos, novelas globais e viagens em família — a preferida era para Aparecida, no interior de São Paulo, principal destino religioso do Brasil e lugar onde está exposta a imagem original de Nossa Senhora Aparecida, santa da qual ela era ferrenhamente devota.

A copeira viveu durante 25 anos com Francisco Feliciano Leite, um manobrista de 40 anos que, de menino que vendia algodão-doce para o pai dela, tornou-se o homem, companheiro e pai, com quem dividia seus dias.

"Na infância, a gente morava no mesmo bairro e eu vendia algodão-doce para o pai dela. A gente se afastou e, um tempo depois, se encontrou de novo, na adolescência. O que me chamou a atenção foi o carinho dela, o jeito extrovertido, brincalhão, companheiro. Acabamos nos juntando de vez e levando a vida, até hoje", conta ele.